GESTOR DE AUDITORIA EM SAÚDE E A INFLAÇÃO NA SAÚDE EM TEMPOS DE COVID-19: UM PANORAMA DOS CUSTOS DE OPME PARA UM HOSPITAL MILITAR DA REGIÃO NORTE DO BRASIL.

Suélen Dias. Pinheiro[1]; Ivana Maria Saes Busato[2], Cristiano Caveião[3]
1. Estudante do curso de Gestão de Auditoria em Saúde do Centro Universitário Internacional UNINTER; 2. Pesquisadora do Centro Universitário Internacional UNINTER; 3 Professor Orientador UNINTER

Grupo de trabalho: GT 6 - OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, LIDERANÇA, GESTÃO E GOVERNANÇA EM SAÚDE

RESUMO

O presente trabalho apresenta um estudo comparativo dos valores de aquisição das órteses, próteses e materiais especiais (OPME) na cidade de Manaus, do Estado do Amazonas, no período compreendido entre o segundo semestre de 2019 e o primeiro semestre de 2021, com o objetivo de demonstrar os impactos da pandemia pela Covid-19, inflação da saúde, nos custos destes produtos à saúde, bem como demonstrar a importância da aplicabilidade das boas práticas de governança na gestão de auditoria em saúde, a fim de colaborar na diminuição ou contenção de custos no setor da saúde. Conforme apontam Silveira (2020) e Santos, Ferreira e Roncon (2020), os aspectos desafiadores como a própria singularidade do novo vírus, a falta de previsibilidade e a alta demanda exigiram mais atenção dos gestores em saúde para a garantia do atendimento de qualidade alinhados com a redução dos prejuízos inerentes ao contexto de uma pandemia, sobretudo a inflação nos preços de insumos, mão de obra qualificada, medicamentos e materiais médico-hospitalares, que, segundo Barbosa (2004), tornam-se ainda mais elevados seja pela ameaça de falta de produtos ou pela necessidade de compras em caráter emergencial. Tais demandas tornam-se ainda maiores quando se trata da região Amazônica do país, tendo em vista a maior dificuldade nos processos de logística, sobre as quais devemos considerar além dos fatores naturais da região, o destaque aos imensos problemas relacionados à logística de transporte na navegação fluvial, uma vez que este é um dos principais meios de transporte na região, e ainda, a inexistência de um mercado produtor local que tenha condições de suprir às demandas, devido à escassez de recursos locais, impondo a necessidade de fornecimento advindo de outras regiões do país (PASSOS, 2013). Considerando todos os pormenores citados, é possível perceber a importância do gestor de auditoria em saúde e a aplicação das boas práticas de governança a fim de melhorar a qualidade do atendimento e reduzir ou ao menos, conter o crescente custo da saúde no Brasil (PONTIN et al., 2020). A partir de conhecimento prévio dos pesquisadores e análise da literatura, foi selecionado para a investigação como referência na região Norte o Hospital Militar de Área de Manaus (HMAM), localizado na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas. O período pesquisado é compreendido entre o segundo semestre de 2019 e o primeiro semestre de 2021. A metodologia utilizada neste estudo foi uma pesquisa exploratória dos assuntos pautados, por meio de uma abordagem mista (quantitativa-qualitativa). Para tal, utilizou-se pesquisa bibliográfica online por meio de ferramentas

disponibilizadas em repositórios universitários, Scielo, Google Acadêmico e Agência Nacional de Vigilância Sanitária com a finalidade de fundamentar o estudo. Além das informações específicas obtidas por meio do banco de dados da Auditoria Prévia da Seção de Regulação e Auditoria Médica do HMAM. Com as informações levantadas foram elaboradas tabelas e realizada análise dos dados obtidos. Como foco de trabalho para melhor controle de pesquisa, foram apresentados dados sobre quatro tipos diferentes de OPME utilizados em procedimentos cirúrgicos, solicitados pelos beneficiários do Fundo de Saúde do Exército que são atendidos pela rede credenciada do HMAM (Organizações Civis de Saúde – OCS), subdividos entre as especialidades: Cardiovascular e Hemodinâmica, Ortopedia e Ginecologia, as quais demonstraram maior relevância para a pesquisa devido maior recorrência. Dos OPME utilizados em procedimentos cardiovasculares e hemodinâmica como implante de marcapasso bicameral e cateterismo cardíaco é possível observar uma variação de queda de dos preços de até 50% quando comparado entre os anos 2019-2020 e uma alta nos preços de até 20% quando comparado os anos 2020-2021. Dos OPME selecionados em procedimentos cirúrgicos de ortopedia como artroscopia de ombro, acromioplastia e prótese total de joelho, é possível apontar uma inflação considerável nos preços (até 75%) desta categoria, principalmente quando comparado o ano de 2019 (período pré Covid-19 no Brasil) com 2020 e 2021 (período da Covid-19 no Brasil). Quanto aos OPME utilizados em histerectomia e ooforectomia, procedimentos cirúrgicos de ginecologia, é possível observar certa estabilidade de preços na maioria dos itens apresentados no período. A pesquisa buscou selecionar o máximo de itens do mesmo fornecedor por categoria, no entanto, foi constatado a falta destes itens para fornecimento no momento da cotação dos valores, uma das consequências da pandemia para a região Amazônica. Fator este considerado contributivo para a elevação dos custos devido a disfuncionalidade de mercado de produtos de saúde apontada por Seiler (2020). Após categorizadas as especialidades e selecionados os itens da amostra, percebeu-se que os maiores impactos da inflação nos preços dos OPME apresentados ocorreram entre os meses de maio e junho de 2021 que, além do reflexo pandêmico, infere correlação com a suspensão de isenção do ICMS pela Lei 17.293, de 15 de outubro de 2020, do Estado de São Paulo, que alcançava uma grande parte dos OPME, dos quais cerca de 70% são produzidos em fábricas instaladas em São Paulo e exportados para os demais Estados do Brasil, corroborando com a tese de Passos (2013). Nota-se a importância da atuação do gestor de auditoria na regulação e implementação de padronização dos OPME tanto em requisitos técnicos mínimos de desempenho quanto na definição das quantidades prováveis de utilização para os procedimentos, com a finalidade de dirimir o grande impacto dos custos desses materiais nas contas hospitalares. Outrossim, conclui-se que é imprescindível a gestão nas autorizações de procedimentos com utilização de OPME, intervindo na gerência dos encaminhamentos, nas negociações junto às Organizações Civis de Saúde (OCS) conveniadas ou diretamente com os fornecedores de OPME e ainda, aprimorando continuamente seus processos. Uma ferramenta de auxílio na aplicação das boas práticas de gestão no setor da presente pesquisa é o Manual de Boas Práticas de Gestão das Órteses, Próteses e Materiais Especiais, disponibilizado no ano de 2016, pelo Ministério da Saúde, o qual apresenta

diversos objetivos relevantes quanto à gestão de OPME como: segurança do paciente, redução de desperdício e variabilidade, relações comerciais e técnicas harmoniosas com fornecedores e resolubilidade.

Palavras-Chave: Covid19. Auditoria em Saúde. Órtese e prótese. OPME. Inflação da saúde

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Relatório de definição e análise do problema regulatório: contribuições para a revisão normativa da RDC n. 185/2006**. Brasília, DF: ANVISA; 2018 maio. 31 p.

ALESP (Estado). Decreto-Lei nº 17293, de 15 de outubro de 2020. Estabelece medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas e dá providências correlatas. **Orçamento e Finanças públicas**. São Paulo, SP, 16 out. 2020. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2020/lei-17293-15.10.2020.html. Acesso em: 10 jul. 2021.

BARBOSA, Edimar Alves; AZEVEDO, Luciano Gomes de; VILLAR, Antonio de Mello. **Gestão de Estoques em Materiais de uso Hospitalar: análise de modelo utilizado num hospital universitário público (estudo de caso).** XXIV ENEGEP. Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Florianópolis, SC, Brasil, 03 a 05 nov. 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de Boas Práticas de Gestão das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME)**, 1ª Edição, Brasília – DF, 2016

PASSOS, Luís Henrique Santos. A LOGÍSTICA DE TRANSPORTES NA AMAZÔNIA OCIDENTAL: DESAFIOS, LIMITAÇÕES E IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE RORAIMA. **Revista de Administração de Roraima – Rarr**, Boa Vista, Rr, v. 3, n. 2, p. 4-18, jul. 2013. Semestral. Disponível em: https://revista.ufrr.br/adminrr/issue/view/103/showToc. Acesso em: 03 maio 2021.

PONTIN, André Luiz *et al*. **Compliance na Área da Saúde**. Indanatuba, Sp: Editora Foco, 2020. 128 p. EPUB. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=qGP5DwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 29 abril 2021.

SANTOS, Elaine M.; FERREIRA, Thiago S.; RONCON, Aleksander. **Braz. J. of Develop**., Curitiba, v.6, n.7, p.52797-52810, Jul. 2020. Disponível em: https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/14087/11779. Acesso em: 29 abril 2021.

SILVA, Karla Rona da et al. Allocation of resources for health care in COVID-19 pandemic times: integrative review. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0244. Acesso em: 02 maio 2021.

SEILER, Thais *et al.* **Desafios do mercado brasileiro de dispositivos médicos e sua relação com o aumento de gastos de saúde no país.** JMPHC| Journal of Management & Primary Health Care| ISSN 2179-6750, v. 12, p. 1-22, 2020.

SILVEIRA, Marcos. **Gestão hospitalar: os desafios na área da saúde em tempos de pandemia**. 15 Jul. 2020. Disponível em: https://www.prosaude.org.br/noticias/gestao-hospitalar-os-desafios-na-area-da-saude-em-tempos-de-pandemia/. Acesso em: 01 maio 2021.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE FARMÁCIA HOSPITALAR E SERVIÇOS DE SAÚDE. **Levantamento sobre o abastecimento de medicamentos e produtos para a saúde durante a pandemia da Covid-19**. 27 maio 2020. Disponível em: http://www.sbrafh.org.br/inicial/levantamento-sobre-o-abastecimento-de-medicamentos-e-produtos-para-a-saude-durante-a-pandemia-da-covid-19/. Acesso em: 01 maio 2021.